

SF 752
PARTICIPAÇÕES
SOCIETÁRIAS S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 3 |
| Balancos patrimoniais | 7 |
| Demonstrações de resultados | 8 |
| Demonstrações de resultados abrangentes | 9 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 10 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto | 11 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 12 |



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas e Administradores da
SF 752 Participações Societárias S.A.**

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SF 752 Participações Societárias S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo de 01 de abril de 2024 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SF 752 Participações Societárias S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo de 01 de abril de 2024 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita – Controladora e Consolidado

Veja a notas explicativas 7.b e 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

| Principais assuntos de auditoria | Como auditoria endereçou esse assunto |
|--|---|
| <p>As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente de prestações de serviços, e o seu reconhecimento é efetuado com base nos serviços realizados até à data do balanço, para os quais é necessário determinar de forma apropriada o montante da receita a ser reconhecido, considerando os serviços prestados e faturados e também aqueles prestados mas ainda não faturados.</p> <p>Devido à relevância das transações, e ao fato da necessidade de controles envolvendo a avaliação do momento adequado do reconhecimento da receita nos termos do contrato firmado com cada cliente, incluindo a mensuração das receitas a faturar, que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ol style="list-style-type: none">I. Entendimento do processo de reconhecimento de receita relacionados aos serviços prestados e faturados e também aqueles prestados mas ainda não faturados;II. Avaliamos o desenho dos controles das medições no final da data base, que são utilizadas para elaborar a provisão para receita de serviços, em que identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos;III. Confronto, em base amostral, dos relatórios de faturamento para o reconhecimento das receitas com os respectivos contratos, faturas e documentos de medição de serviços e/ou termo de aceite do cliente, conforme aplicável;IV. Avaliação de lançamentos não rotineiros efetuados nas contas de receita; eV. Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. <p>No decorrer da nossa auditoria, identificamos ajustes que afetariam a mensuração do reconhecimento das receitas das controladas da Companhia, os quais não foram ajustados pela Administração, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p> |

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos

relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

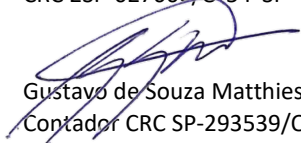
Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses

assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 30 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

SF 752 Participações Societárias S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | Controladora | Consolidado | Passivo | Nota | Controladora | Consolidado |
|--|-------------|---------------------|--------------------|---|-------------|---------------------|--------------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 9 | 809 | 43.562 | Fornecedores | 16 | - | 44.312 |
| Contas a receber de clientes | 11 | - | 90.373 | Empréstimos e financiamentos | 18 | - | 90.800 |
| Impostos a recuperar | | 22 | 10.895 | Arrendamento a pagar | 20 | - | 39.402 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | - | 1.275 | Debêntures e certificados de recebíveis | 19 | 461.625 | 471.665 |
| Despesas antecipadas | | - | 17.185 | Salários e encargos sociais | 21 | - | 33.891 |
| Estoques | | - | 5.598 | Impostos e taxas a recolher | | 7 | 27.422 |
| Outros ativos | | 2 | 12.819 | Impostos parcelados | 22 | - | 30.963 |
| Adiantamento dividendos | | - | 478 | Imposto de renda e contribuição social a recolher | | - | 3.822 |
| Empréstimos com partes relacionadas | | 2.025 | - | Outras contas a pagar | 24 | - | 40.795 |
| Ativos de operações descontinuadas | 17 | - | 134.237 | Passivo operações descontinuadas | 17 | - | 41.255 |
| Total do ativo circulante | | 2.858 | 316.422 | Total do passivo circulante | | 461.632 | 824.327 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Investimentos em títulos | 10 | - | 28 | Empréstimos e financiamentos | 18 | - | 186.074 |
| Dividendos | | - | 110 | Arrendamento a pagar | 20 | - | 165.535 |
| Outros ativos | | 2 | 2.920 | Debêntures e certificados de recebíveis | 19 | - | 431.936 |
| Impostos a recuperar | | - | 703 | Impostos parcelados | 22 | - | 90.326 |
| Ativo fiscal diferido | 25 | - | 44.110 | Provisão para demandas judiciais | 23 | 7.173 | 13.146 |
| Total do realizável a longo prazo | | 2 | 47.871 | Outras contas a pagar | 24 | - | 58.810 |
| Investimentos em controladas | 12 | 560.150 | - | Total do passivo não circulante | | 7.173 | 945.827 |
| Imobilizado | 13 | - | 936.182 | Patrimônio líquido | 26 | | |
| Intangível | 14 | - | 425.280 | Capital social | | 278.511 | 278.511 |
| Direito de uso | 20 | - | 184.867 | Prejuízos acumulados | | (184.306) | (184.306) |
| Total do ativo não circulante | | 560.152 | 1.594.200 | Participação de não controladores | | - | 46.263 |
| Total do ativo | | 563.010 | 1.910.622 | Total do patrimônio líquido | | 94.205 | 140.468 |
| | | | | Total do passivo circulante e não circulante | | 468.805 | 1.770.154 |
| | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 563.010 | 1.910.622 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SF 752 Participações Societárias S.A.
Demonstrações do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | Consolidado |
|---|-------------|---------------------|--------------------|
| Receita líquida de serviços | 27 | - | 566.951 |
| Custos de serviços prestados | 28 | - | (471.474) |
| Lucro bruto | | - | 95.477 |
| Receitas (despesas) operacionais: | | | |
| Despesas comerciais | 28 | - | (5.440) |
| Despesas gerais e administrativas | 28 | (6.824) | (67.370) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 10 | (116.004) | - |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 28 | - | 16.210 |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas | | (122.828) | 38.877 |
| Receitas financeiras | 29 | 159 | 2.838 |
| Despesas financeiras | 29 | (61.637) | (223.440) |
| Resultado financeiro líquido | 29 | (61.478) | (220.602) |
| Resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social | | (184.306) | (181.725) |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | | - | (1.370) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | | - | 610 |
| | | - | (760) |
| Resultado líquido antes das operações descontinuadas | | (184.306) | (182.485) |
| Operações descontinuadas: | | | |
| Resultado líquido das operações descontinuadas (líquidos de impostos) | | - | (24.858) |
| Prejuízo do exercício | | (184.306) | (207.343) |
| Atribuível a: | | | |
| Acionistas controladores | | | (184.306) |
| Acionistas não controladores | | | (23.037) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SF 752 Participações Societárias S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

| | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Prejuízo do exercício | (184.306) | (207.343) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente total | <u>(184.306)</u> | <u>(207.343)</u> |
| Atribuível a: | | |
| Acionista controlador | | (184.306) |
| Acionista não controlador | | (23.037) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SF 752 Participações Societárias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

| Controladora | Nota | Capital social | Prejuízos acumulados | Total Patrimônio líquido | Participação de acionistas minoritários | Total |
|--|------|----------------|----------------------|--------------------------|---|----------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2024 | | - | - | - | - | - |
| Aumento de capital conforme AGE de 1º abril de 2024 | | 306.569 | - | 306.569 | - | 306.569 |
| Redução de capital conforme AGE de 17 de abril de 2024 | | (28.058) | - | (28.058) | - | (28.058) |
| Resultado do exercício | | - | (184.306) | (184.306) | 46.263 | (138.043) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | | 278.511 | (184.306) | 94.205 | 46.263 | 140.468 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SF 752 Participações Societárias S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

| | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
|---|---------------------|--------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Prejuízo do exercício | (184.306) | (207.343) |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa: | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | 610 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | - | (1.370) |
| Resultado na venda do ativo imobilizado | - | 16.492 |
| Depreciação e amortização | 4.993 | 114.775 |
| Equivalência patrimonial | 116.004 | - |
| Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | (753) |
| Reversão de provisão para demandas judiciais | - | (22.862) |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos provisionados | 61.600 | 170.746 |
| | <u>(1.709)</u> | <u>70.295</u> |
| Variações nos ativos e passivos: | | |
| Contas a receber de clientes | - | (3.916) |
| Impostos a recuperar | (22) | 1.180 |
| Despesas antecipadas | - | (1.347) |
| Estoques | - | (1.505) |
| Outros recebíveis | (5) | (11.376) |
| Fornecedores | - | 39.703 |
| Pagamento de empréstimos | - | (843) |
| Impostos e taxas a recolher | 7 | (4.985) |
| Impostos parcelados | - | 15.490 |
| Obrigações trabalhistas | - | 1.855 |
| Outras contas a pagar | - | 38.835 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | 243 |
| | (20) | 73.336 |
| Fluxo de caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais | <u>(1.729)</u> | <u>143.629</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Pagamentos de aquisição e/ou parcelas por aquisições de controladas | (367.404) | (391.425) |
| Empréstimos com partes relacionadas | (2.000) | (2.000) |
| Outros investimentos | - | 125 |
| Aquisição de imobilizado | - | (28.837) |
| Aquisição de intangível | - | (3.370) |
| Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos | <u>(369.404)</u> | <u>(425.507)</u> |
| Redução de capital | (28.058) | (28.058) |
| Captação de debentures | 400.000 | 400.000 |
| Captação de empréstimos | - | 221.862 |
| Pagamentos de empréstimos | - | (208.198) |
| Juros pagos de financiamentos e debêntures | - | (84.166) |
| Pagamento de arrendamento mercantil | - | (65.784) |
| Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamentos | <u>371.942</u> | <u>235.656</u> |
| Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa | <u>809</u> | <u>(46.221)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | - | 89.783 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | 809 | 43.562 |
| Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa | <u>809</u> | <u>(46.221)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A SF 752 Participações Societárias S.A. (“SF 752”, “Companhia” ou “Controladora”), ou quando em conjunto com suas investidas (“Grupo” ou “Consolidado”), com sede na cidade de São Paulo/SP, é controlada pelo Patria Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundos Pátria IV”) e o Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações (“Brazilian”), quando em conjunto (“Fundos”).

A Companhia tem por objeto social a participação no capital de quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, ou fundos de investimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior, na forma de *holding*.

As controladas da Companhia atuam no armazenamento e conservação, em ambiente climatizado e refrigerado, de produtos alimentícios in natura ou congelados, bem como a movimentação de carga, descarga, transporte, envasamento, fracionamento e empacotamento. O Grupo exerce importante papel no âmbito da logística refrigerada de alimentos perecíveis e sementes no Brasil, contando com 47 (quarenta e sete) armazéns com temperatura controlada.

Em 01 de abril de 2024, os Fundos realizaram uma reorganização societária envolvendo sua controlada direta Via Verona Investimentos e Participações S.A. (“Via Verona”), sua controlada e a Companhia. A transação de aquisição de controle entre partes relacionadas foi contabilizada, por escolha da Administração, com base no laudo de avaliação de ativos e passivos ao valor justo.

Em 01 de abril de 2024, considerando que os Fundos, detém em conjunto desde 01 de janeiro de 2024, a totalidade das ações emitidas pela SF 752 e da Via Verona, os Fundos firmaram contrato de compra e venda das suas respectivas participações na Via Verona para a SF 752. A transação não modifica o controle direto e/ou indireto da investida Superfrio Armazéns Gerais S.A. (“Superfrio”), por isso, as partes acordaram em realizar a transação com os valores contábeis auditados de 31 de dezembro de 2023.

Em 08 de abril de 2024, a SF 752 concluiu a transação de aquisição da totalidade da participação detida pelos Fundos na Via Verona, detentora de 15,99% do capital da Superfrio, pelo montante de R\$ 367.404 determinado pelo valor justo na data base de 31 de dezembro de 2023, mediante pagamento integral à vista em moeda corrente.

A seguir o valor justo dos ativos e passivos da Via Verona na data base da transação:

| | <u>Participação adquirida – 100%</u> |
|---|--------------------------------------|
| Caixa | 697 |
| Impostos a recuperar | 162 |
| Dividendos a receber | 110 |
| Investimento em controladas | 95.952 |
| Imobilizado | 50.430 |
| Intangíveis | 60.628 |
| Empréstimos e financiamentos | (4.000) |
| Partes relacionadas | (1.858) |
| Outras contas a pagar | (108) |
| Passivos contingentes | (7.173) |
| Total dos ativos identificáveis, líquidos | <u>194.840</u> |
| Participação adquirida | 100% |
| Valor justo dos ativos líquidos adquiridos | <u>194.840</u> |
| Valor justo da contraprestação transferida | 367.404 |
| Valor justo dos ativos líquidos adquiridos | (194.840) |
| Ágio residual | <u>172.564</u> |

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis foram apurados por especialista independente com base nas demonstrações financeiras da adquirida na data base da transação.

2 Relação de entidades controladas pela Companhia

| <u>Controlada direta:</u> | <u>Participação acionária %</u> |
|--|--|
| Via Verona Investimentos e Participações S.A. | 100,00% |
| <u>Controladas indireta:</u> | |
| | <u>Participação acionária %</u> |
| | <u>31/12/2024</u> |
| Superfrio Armazéns Gerais S.A. | 85,01% |
| Superfrio Embaladora Ltda. | 100,00% |
| Superfrio Multipack Ltda. | 100,00% |
| CEFRI – Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda. | 100,00% |
| BR Cold Cascavel Armazéns Gerais Ltda. | 100,00% |
| Logmaster Logística Integrada Ltda. | 100,00% |
| Logfrio Logística Ltda. | 100,00% |
| Superfrio Ribeirão das Neves Ltda. | 100,00% |
| Austral Logística Integrada Ltda. | 100,00% |
| TAC Logística Ltda. | 100,00% |

a. Via Verona Investimentos e Participações S.A. (“Via Verona”)

A sociedade está sediada com sede em São Paulo, Capital, foi constituída em 24 de abril de 2014. A Companhia tem por objetivo a participação no capital de quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, ou fundos de investimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior, na forma de *holding*.

b. Superfrio Armazéns Gerais S.A. (“Superfrio”)

A sociedade está sediada em Ribeirão Preto, São Paulo. A Superfrio possui como foco de atuação o armazenamento e a conservação, em ambiente climatizado e refrigerado, de produtos alimentícios in natura ou congelados, bem como a movimentação (carga, descarga, transporte, envasamento, fracionamento e empacotamento).

c. Superfrio Embaladora Ltda. (“Embaladora”)

A sociedade está sediada em Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo, com uma filial na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo e tem por objeto o empacotamento, envasamento, fracionamento, manipulação, inspeção, formulação, embalagem (a vácuo, com papel alumínio e outros) e etiquetagem por conta própria e ou de terceiros.

d. Superfrio Multipack Ltda. - ME (“Multipack”)

A sociedade está sediada em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, com uma filial na cidade de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo e tem por objeto a exploração das atividades de armazém geral refrigerado ou climatizado.

e. Cefri - Logística, Armazenagem Frigorificada e Agroindústria Ltda. (“Cefri”)

A sociedade está sediada em Mairinque, Estado de São Paulo, com uma filial na mesma localidade e tem como objeto a exploração de atividades de armazém geral e transportes.

f. BR Cold Cascavel Armazéns Gerais Ltda. (“BR Cold Cascavel”)

A sociedade está sediada em Cascavel, Estado do Paraná, e tem por objeto a exploração das atividades de armazém geral refrigerado ou climatizado.

g. Logmaster Logística Integrada Ltda. (“Logmaster”)

A sociedade está sediada na cidade de Simões Filho, Estado da Bahia, e tem como objeto a exploração de atividades de armazém geral e transportes.

h. Logfrio Logística Ltda. (“Logfrio”)

A sociedade está sediada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, com filiais nas cidades de Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, Recife, estado de Pernambuco e Fortaleza, estado do Ceará, e tem como objetivo explorar atividades gerais de armazenagem e transporte.

i. Superfrio Ribeirão das Neves Ltda. (“Ribeirão das Neves”)

A empresa está sediada na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, e tem como principal atividade a compra e venda de imóveis.

j. Austral Logística Ltda. (“Austral”)

A sociedade está sediada na cidade de Simões Filho, estado da Bahia, e tem como objetivo a exploração de atividades de armazenagem e ao transporte de mercadorias. Suas operações de distribuição estão concentradas na região metropolitana de Salvador, capital do estado da Bahia. Empresa controlada da Logfrio Logística Ltda.

k. TAC Logística Ltda. (“TAC”)

A empresa está sediada na cidade de Brasília, estado do Distrito Federal, e tem como atividade principal a exploração das atividades de armazenagem e transporte de mercadorias. As operações de distribuição da empresa estão concentradas na Logfrio Logística Ltda.

2.1. Operação descontinuada

Durante o exercício de 2024, a Superfrio tomou a decisão estratégica de descontinuar as operações da sua controlada direta Logmaster e Austral, essas operações representam a totalidade das operações do Grupo na região metropolitana de Salvador - BA. Essa decisão foi baseada em uma análise detalhada de desempenho e alinhamento com os objetivos estratégicos da organização. Como consequência, os ativos, passivos e resultados dessas unidades passaram a ser reportados como "operação descontinuada" nas demonstrações financeiras, em conformidade com o CPC 31 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.

Os resultados da operação descontinuada são apresentados separadamente na demonstração do resultado do exercício, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis. Adicionalmente, os ativos e passivos relacionados estão segregados no balanço patrimonial, atendendo às exigências de classificação.

A Administração da Superfrio reitera que as estimativas utilizadas são baseadas nas melhores informações disponíveis no momento e estão sujeitas a revisões conforme novos eventos e mudanças nas condições de mercado ocorram.

A Superfrio adotou a operação descontinuada conforme o CPC 31, assegurando a correta classificação e divulgação dos ativos, passivos e resultados relacionados a essa operação. As avaliações foram conduzidas com base em premissas e metodologias contábeis aplicáveis, garantindo transparência e fidedignidade das informações reportadas nas demonstrações financeiras. A administração continuará acompanhando os desdobramentos dessa operação, ajustando as estimativas conforme necessário e garantindo a conformidade com as normas contábeis vigentes, veja nota explicativa 17.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às regras do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com a legislação societária e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, constituindo-se nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e sua controlada estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 30 de maio de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 458.774, no consolidado o passivo circulante superou o ativo circulante em R\$ 507.905, além do resultado do exercício foi um prejuízo consolidado de R\$ 207.343. Esse desempenho reflete, principalmente, os investimentos realizados nos últimos exercícios pela controlada indireta Superfrio, incluindo a aquisição de controladas e ativos imobilizados, financiados por linhas de crédito estruturadas para acompanhar a geração de caixa operacional e respeitar a curva de maturação de cada projeto. Para mitigar esses impactos, ainda no final de 2024, a Superfrio renegociou e alongou suas principais dívidas junto aos credores. Conforme divulgado na nota 19 (vii), em 08 de abril de 2024, a SF 752 realizou a 1ª emissão de debêntures, conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, sendo emitidas 412.371 mil debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), perfazendo o valor total de R\$ 412.371 com vencimento do contrato está previsto para 12 meses a contar da data de emissão, podendo ser prorrogado para 12 meses adicionais, o vencimento dessas debentures foram prorrogadas para o vencimento em 9 de abril de 2026 (veja nota explicativa 34).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de sua controlada de atender às necessidades de financiamento, bem como de refinanciar ou liquidar seus empréstimos bancários conforme os vencimentos. Com base nessa análise, há uma expectativa razoável de que a Companhia e suas controladas terão recursos suficientes para manter suas operações no futuro previsível. Caso contrário, poderão ocorrer impactos na realização de ativos geradores de caixa e no cumprimento de certas obrigações, conforme os valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e de sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 17** – A classificação e mensuração dos ativos e passivos relacionados à operação descontinuada envolveram estimativas e julgamentos significativos por parte da administração.
- **Nota explicativa nº 20** - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Notas explicativas nº 13, nº 14 e nº 20** - teste de redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Notas explicativas nº 23** - reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 25** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 30** - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

7 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo se indicado em contrário.

a. Base de consolidação

(i) *Combinações de negócios*

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e quando o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. As contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) *Controladas*

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial.

(iii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com controlada, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iv) *Operações descontinuadas e ativo mantido para a venda*

(i) *Operações descontinuadas*

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- representam uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- são parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- são de uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

(ii) Ativo mantido para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subseqüentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

b. Receita operacional

(i) Prestação de serviços

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As receitas de serviços são compostas por receitas de armazenagem, transporte, aluguéis, dentre outros. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto/serviço Natureza

Política de reconhecimento da receita

Serviço de Armazenagem

A Companhia e sua controlada fornecem serviço de armazenamento de produtos em temperatura controlada, bem como controle e gestão do estoque de seus clientes, provendo também o serviço de movimentação e *picking* dos produtos sobre seu poder.

A receita de serviços prestados é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecido é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.

Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a

| Tipo de produto/serviço | Natureza | Política de reconhecimento da receita |
|------------------------------------|---|--|
| | | Companhia e sua controlada vendem os serviços em transações separadas. |
| Serviço de Transporte | A Companhia e sua controlada efetuam o serviço de transporte de mercadoria de seus clientes até o destino final (<i>last mile</i>). | A receita é reconhecida na entrega da mercadoria, a partir dos Conhecimentos de Transportes (CTEs) emitidos no período, que por sua vez, aplicam a tarifação conforme acordo comercial. |
| Serviço de aluguel | A Companhia e sua controlada alugam espaço apropriado para armazenagem de produtos em ambientes em temperatura | A receita é mensurada a partir do acordo comercial de cada cliente, pelo mês de competência da locação, e usualmente faturado ao final do mês de competência da locação. |
| Serviço de industrialização | A Companhia e sua controlada fornecem o serviço de <i>packing</i> para seus clientes, fazendo a reembalagem ou agrupamento de produtos, geralmente para <i>kits</i> promocionais. | A receita é mensurada a partir da produção do volume (informado pelo contratante com antecedência de 30 dias) embalado no mês de competência e aplicado tarifação conforme acordo comercial. |

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e sua controlada compreendem:

- Receita de juros sobre aplicações financeiras;
- Tarifas bancárias;
- Descontos concedidos e obtidos; e
- Despesa de juros com empréstimos e financiamentos, debêntures e certificados de recebíveis.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social da Superfrio e suas controladas Cefri, Logmaster, Logfrio, Austral e TAC, correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Para as controladas Superfrio Embaladora, Superfrio Multipack e BR Cold Cascavel, as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social são apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8%, 12% e 32%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido. O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (para o excedente de R\$ 240 anual) e a contribuição social à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas

relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua controlada .

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e sua controlada obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas em anos, para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

| | |
|-----------------------------|--------------|
| Construções e benfeitorias | 50 e 75 anos |
| Máquinas e equipamentos | 5 a 20 anos |
| Móveis e utensílios | 8 a 14 anos |
| Veículos | 5 a 10 anos |
| Equipamentos de informática | 5 anos |
| Instalações | 10 anos |

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos pelo método linear.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e sua controlada tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

A vida útil estimada é a seguinte:

| | |
|---|-------------|
| <i>Software</i> | 5 anos |
| Carteira de clientes | 6 - 14 anos |
| Contrato de não competição | 5 e 6 anos |
| Custos de desenvolvimento capitalizados | 5 anos |
| Marcas e patentes | 5 a 9 anos |

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são SPPI sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e sua controlada;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, e mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos

financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Capital social

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

O Estatuto social da Companhia determina o percentual 15% sobre o lucro líquido ajustado do exercício como dividendos mínimos obrigatórios (vide nota explicativa nº 26).

i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber). As perdas de crédito esperadas são calculadas através de fatores macroeconômicos e por uma taxa média, dos valores recebidos de acordo com a idade dos títulos dos últimos três anos.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e sua controlada em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e sua controlada adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia e sua controlada não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e sua controlada para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e sua controlada revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e sua controlada avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e sua controlada alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e sua controlada

optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e sua controlada. Geralmente, a Companhia e sua controlada usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e sua controlada determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e sua controlada alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia e sua controlada apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "arrendamento a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e sua controlada optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e sua controlada reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e sua controlada alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia e sua controlada atuam como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia e sua controlada fazem uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia e sua controlada são um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia e sua controlada, como arrendatário, contabilizam aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia e sua controlada aplicam o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia e sua controlada aplicam os requisitos de desconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia e sua controlada também revisam regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia e sua controlada reconhecem os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de “Outras receitas operacionais, líquidas”.

1. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e sua controlada têm acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e sua controlada.

Quando disponível, a Companhia e sua controlada mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e sua controlada utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia e suas controladas não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis (IFRS 18).

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão e sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

a) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7 CPC 40).

9 Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>31/12/2024</u> | |
|------------------------|---------------------|--------------------|
| | <u>Controladora</u> | <u>Consolidado</u> |
| Caixa e bancos | 30 | 12.712 |
| Aplicações financeiras | <u>779</u> | <u>30.850</u> |
| | 809 | 43.562 |

As aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa, por terem alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024, referem-se substancialmente a investimentos em Compromissos, CDBs e Fundos de Renda Fixa, com uma rentabilidade média de 100,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI com liquidez diária, para o exercício de 2024 (100% para o exercício de 2023).

As informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 31.

10 Investimentos em títulos - Consolidado

| | 31/12/2024 |
|---|-------------------|
| Conta garantia (a) | 28 |
| | 28 |
| (a) Aplicação financeira em títulos CDBs junto ao Banco Itaú, mantida a título de garantia da operação de debêntures, sendo remunerada em 101% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) para o exercício de 2024 (101% para o exercício de 2023). Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 20. | |

As informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 30.

11 Contas a receber de clientes - Consolidado

| | 31/12/2024 |
|--|-------------------|
| Contas a receber de clientes | 96.933 |
| Contas a receber partes relacionadas (NE 16) | - |
| Perdas por redução ao valor recuperável | (6.560) |
| | 90.373 |

a. Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes de terceiros, são divulgadas a seguir:

| | 31/12/2024 |
|------------------------------|-------------------|
| Contas a receber - à vencer | 73.252 |
| Contas a receber - vencidos: | |
| De 1 a 30 dias | 5.907 |
| De 31 a 60 dias | 1.827 |
| De 61 a 90 dias | 1.858 |
| De 91 a 120 dias | 1.952 |
| De 121 a 180 dias | 3.755 |
| De 181 a 360 dias | 4.676 |
| Acima de 360 dias | 3.706 |
| | 96.933 |

A movimentação da provisão para perdas ao valor recuperável no consolidado é como segue (*):

| | 31/12/2024 |
|-------------------------------|-------------------|
| Saldo no início do exercício | (5.807) |
| Adições (reversões), líquidas | (753) |
| Saldo no fim do exercício | (6.560) |

(*) A Companhia e suas controladas realizam uma análise da perda histórica de contas a receber a vencer e vencidas até 365 dias, conforme o CPC 48, e uma análise individual do contas a receber vencidos a mais de 365 dias, onde títulos vencidos cujo seu estoque posicionado em poder da Companhia e suas controladas é superior a 2 (duas) vezes o saldo a receber, são considerados como garantia da Companhia e suas controladas e esses títulos vencidos não são considerados na provisão.

12 Investimentos – Controladora

| Via Verona Investimentos e Participações S.A. | 31/12/2024 |
|---|-------------------|
| Percentual de participação - (%) | 100% |
| Saldo em 01 de janeiro de 2024 | - |
| Aquisição investimento | 367.404 |
| Aumento de participação com aporte de investimento Superfrio | 306.569 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (116.004) |
| Componetização de ativos e passivos adquiridos, líquidos da amortização da mais valia | 2.181 |
| | 560.150 |

Em 01 de abril de 2024, conforme divulgado na nota explicativa 1, a Companhia concluiu a transação de aquisição da totalidade da participação detida pelos Fundos na Via Verona, detentora de 15,99% do capital da Superfrio, pelo montante de R\$ 367.404 determinado por laudo de avaliação ao valor justo na data base de 31 de dezembro de 2023, mediante pagamento integral à vista em moeda corrente.

Em 01 de abril de 2024, através de deliberação em AGE a Companhia aumentou o capital social da sua controlada Via Verona mediante aporte do seu investimento na Superfrio no montante de R\$ 306.569.

a. Informações consolidadas da controlada (Via Verona)

| | 31/12/2024 |
|---|-------------------|
| Quantidade de ações possuídas – unid. | 497.955.718 |
| Capital social | 420.520 |
| Ativo circulante | 859 |
| Ativo não circulante | 96.062 |
| Ativo total | 96.921 |
| Passivo circulante | 5.966 |
| Passivo não circulante | - |
| Passivo total | 96.921 |
| Patrimônio líquido | 90.955 |
| Receita líquida | 566.951 |
| Resultado do exercício | (116.004) |
| Percentual de participação sobre ações emitidas | 100% |

13 Imobilizado - Consolidado

| Custo de aquisição | Terrenos | Edifícios e Construções | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Veículos | Equipamentos de informática | Instalações | Obras em andamento (a) | Total |
|---|---------------|-------------------------|-------------------------|---------------------|---------------|-----------------------------|---------------|------------------------|----------------|
| Saldo líquidos em 31 de dezembro de 2023 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Custo de aquisição | 77.523 | 652.807 | 129.493 | 3.913 | 44.832 | 4.125 | 64.797 | 732 | 978.222 |
| Adições | 18 | 1.343 | 7.044 | 118 | 144 | 435 | 233 | 22.317 | 31.652 |
| Baixas | - | - | (1.907) | - | (1.504) | (95) | (23.583) | (337) | (27.426) |
| Transferências | - | (1.118) | 1.547 | (71) | (677) | 544 | (232) | 150 | 143 |
| Transferências para operações descontinuadas | (4.523) | (52.036) | (17.417) | (597) | - | (959) | - | (2.246) | (77.778) |
| Reclassificação de consolidação | 24.111 | 19.957 | - | - | 6.362 | - | - | - | 50.430 |
| Depreciação | - | (11.369) | (3.042) | (113) | (3.848) | (689) | - | - | (19.061) |
| Saldo líquidos em 31 de dezembro de 2024 | 97.129 | 609.584 | 115.718 | 3.250 | 45.309 | 3.361 | 41.215 | 20.616 | 936.182 |

a. Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Garantias

Alguns bens do ativo imobilizado, foram dados em garantia de empréstimos e financiamentos, debêntures e certificados de recebíveis. Estes itens são representados, em sua grande maioria, por terrenos e edificações.

14 Intangível - Consolidado

| | Custo | Adições de mais valia | Amortização acumulada | Operações descontinuadas | Líquido |
|---|----------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------------|----------------|
| Ágio – Logmaster | 7.193 | - | - | (7.193) | - |
| Ágio – BR Cold Cascavel | 2.316 | - | (81) | - | 2.235 |
| Ágio – CEFRI | 3.602 | - | - | - | 3.602 |
| Ágio – Logfrio | 84.421 | - | - | - | 84.421 |
| Ágio – Austral (ii) | 13.950 | - | - | (13.950) | - |
| Ágio – TAC | 15.325 | - | - | - | 15.325 |
| Ágio – Poncho (iii) | 7.702 | - | - | - | 7.702 |
| Ágio – Via Verona | - | 193.260 | - | - | 193.260 |
| Software e desenvolvimento interno (i) | 34.679 | - | (18.237) | (362) | 16.080 |
| Projetos em andamento | 2.327 | - | - | - | 2.327 |
| Carteira de clientes | 59.560 | 30.507 | (21.661) | (3.044) | 65.362 |
| Marcas e patentes | 17.826 | 30.121 | (13.028) | - | 34.919 |
| Contrato de não competição | 5.956 | - | (5.140) | (769) | 47 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 254.857 | 253.888 | (58.147) | (25.318) | 425.280 |

(i) Esses projetos referem-se substancialmente a desenvolvimento do sistema WMS (*Warehouse Management System*) da Companhia.

(ii) Ágio contabilizado na controlada Logfrio.

(iii) Refere-se ao custo de incorporação da controlada Poncho.

As despesas relativas à amortização dos ativos intangíveis são registradas na rubrica de “Despesas gerais e administrativas” e “Custos de serviços prestados”, no resultado do exercício.

Testes de não recuperação do ágio

Os ágios foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2024. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

O valor em uso da UGC é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

| | Via Verona taxa (a.a.) | BR Cold Cascavel taxa (a.a.) | Cefri taxa (a.a.) | Logmaster taxa (a.a.) | Logfrio taxa (a.a.) | Austral taxa (a.a.) | Poncho taxa (a.a.) |
|--|---------------------------------|------------------------------------|----------------------|-----------------------------|---------------------------|---------------------------|--------------------------|
| Fluxo de caixa descontado (1) | 11,8% | 11,8% | 11,8% | 11,8% | 11,8% | 11,8% | 11,8% |
| Taxa de crescimento médio ponderado nos 4 primeiros anos | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% |
| Perpetuidade | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% | 3,5% |

(1) Taxa WACC (Custo Médio Ponderado de Capital).

A metodologia de fluxo de caixa define a rentabilidade da Companhia, como sendo o valor operacional, equivalente ao valor descontado do fluxo de caixa líquido futuro. Esse fluxo é composto pelo lucro líquido antes impostos, com acréscimos dos itens que não afetam o caixa (amortizações e depreciações) e dedução dos investimentos em ativos operacionais (capital de giro, plantas, capacidade instalada etc.).

O período projetivo do fluxo de caixa líquido é determinado considerando-se o tempo que a organização levará para apresentar uma operação estável, ou seja, sem variações julgadas relevantes. O fluxo é trazido a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto, que irá refletir o risco associado ao mercado, à empresa e à estrutura de capital.

Após o teste não foi identificada a necessidade de provisão a ser reconhecida.

15 Partes relacionadas

Operação com pessoal chave da Administração - Consolidado

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da administração é composto pela diretoria da Superfrio. Os valores pagos no exercício a título de remuneração de curto prazo foram R\$ 10.596.

16 Fornecedores - Consolidado

| | |
|------------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2024</u> |
| Fornecedores | 23.971 |
| Despesas provisionadas | 20.341 |
| | <u>44.312</u> |

A informação sobre a exposição da Companhia e suas controladas aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 30.

Despesas provisionadas referem-se às notas fiscais não escrituradas no mês, em virtude do “corte” no recebimento fiscal, que são provisionadas contabilmente e revertidas quando da escrituração

fiscal no mês subsequente.

17 Operação descontinuada - Consolidado

Durante o exercício de 2024 o Grupo decidiu alienar as empresas Logmaster e Austral, até 31 de dezembro de 2024, pois havia negociação avançada junto a um terceiro para a aquisição dessas operações, porém ainda havia condições a serem atendidas antes da conclusão da negociação, considerando isso, a Companhia entende que a melhor classificação dessa transação deve ser mantida como “operação descontinuada”. Em fevereiro de 2025 foi realizado a 1º parcela do adiantamento referente a venda as operações descontinuadas de Salvador, o restante do recebimento deverá ser concluído dentro de um ano a partir da data do relatório. Até dezembro de 2024 a Logmaster e Austral representava toda a operação de logística e armazenagem na região de Salvador.

| | 2024 | | | 2023 | | |
|--|----------------|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | Logmaster | Austral | Total | Logmaster | Austral | Total |
| Receita líquida de serviços | - | 20.044 | 20.044 | 4.439 | 35.591 | 40.030 |
| Custos de serviços prestados | (3.380) | (39.360) | (42.739) | (8.371) | (44.185) | (52.556) |
| Resultado bruto | (3.380) | (19.316) | (22.695) | (3.932) | (8.594) | (12.526) |
| Receitas (despesas) operacionais: | | | | | | |
| Despesas comerciais | (3) | (2) | (5) | (93) | 45 | (48) |
| Despesas gerais e administrativas | (17) | (247) | (264) | 2.560 | 23 | 2.583 |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 2 | 2.305 | 2.307 | 1 | 660 | (661) |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos | (3.398) | (17.260) | (20.657) | (1.464) | (7.866) | (9.330) |
| Receitas financeiras | 16 | 97 | 112 | 42 | 23 | 65 |
| Despesas financeiras | (237) | (4.076) | (4.313) | (181) | (2.542) | (2.723) |
| Resultado financeiro | (221) | (3.979) | (4.201) | (139) | (2.519) | (2.658) |
| Resultado do exercício | (3.619) | (21.239) | (24.858) | (1.603) | (10.385) | (11.988) |

As principais classes de ativos e passivos da Logmaster e Austral, em 31 de dezembro de 2024:

| | Logmaster | Austral | Total |
|--------------------------------------|---------------|---------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 454 | 578 | 1.032 |
| Contas a receber de clientes | - | 9.734 | 9.734 |
| Impostos a recuperar | 354 | 1.207 | 1.561 |
| Despesas antecipadas | 1.590 | 2.727 | 4.317 |
| Outros recebíveis | 3.281 | 4.495 | 7.776 |
| Empréstimos | 100 | - | 100 |
| Ativo fiscal diferido | 4.362 | - | 4.362 |
| Imobilizado | 31.663 | 8.808 | 40.471 |
| Intangível | 195 | 167 | 362 |
| Estoques | - | 1.179 | 1.179 |
| Ágio e mais valias do investimento | 43.560 | 19.783 | 63.343 |
| Ativo total - Consolidado | 85.559 | 48.679 | 134.237 |
| Fornecedores | 1.694 | 5.953 | 7.647 |
| Salários e encargos sociais | - | 2.482 | 2.482 |
| Impostos e taxas a recolher | 28 | 191 | 219 |
| Impostos parcelados | 2.099 | 4.807 | 6.906 |
| Outras contas a pagar | 21.653 | 2.319 | 23.972 |
| Provisão para demandas judiciais | - | 29 | 29 |
| Passivo total - Consolidado | 25.474 | 15.781 | 41.255 |
| Acervo líquido - Controladora | 60.085 | 32.898 | 92.982 |

| Recomposição acervo líquido | Logmaster | Austral |
|---|------------------|-----------------|
| Saldo inicial patrimônio líquido (nota explicativa 13) | 2.605 | (30.250) |
| Mais valia imobilizado | 35.828 | 2.559 |
| Ágio | 7.732 | 17.224 |
| Outros ativos e passivos | 13.920 | 43.365 |
| Resultado acervo líquido | 60.085 | 32.898 |

Os fluxos de caixas líquido incorridos pela Logmaster e Austral em 31 de dezembro de 2024 são:

| | <u>Logmaster</u> | <u>Austral</u> | <u>Total</u> |
|------------------------------|------------------|----------------|--------------|
| Fluxo de caixa | | | |
| Atividades operacionais | 23.470 | 19.393 | 42.863 |
| Atividades de investimentos | (23.016) | 7.538 | (15.478) |
| Atividades de financiamentos | - | (26.353) | (26.353) |
| Caixa líquido gerado | 454 | 578 | 1.032 |

18 Empréstimos e financiamentos – Consolidado

| Modalidade | Taxas de juros | Vencimento final | 31/12/2024 |
|----------------------------|-------------------------------|-------------------------|-------------------|
| Célula de crédito bancário | CDI + 4,66% a.a. | (*) | 4.000 |
| Capital de giro | 3,5% + CDI a 4,98% + CDI a.a. | abr/28 | 268.955 |
| CDC | Pré fixado 3,00% a 7,75% a.a. | jan/28 | 3.919 |
| | | | <u>276.874</u> |
| Circulante | | | 90.800 |
| Não circulante | | | 186.074 |

(*) A célula de crédito bancário não possui vencimento estipulado em contrato, o Grupo tem um limite de crédito disponível de R\$ 4.000, que quando utilizado, há incidência de encargos financeiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos R\$ 843 de juros sobre esta linha de crédito.

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante consolidado, em 31 de dezembro de 2024, são como segue:

| Ano | 2024 |
|----------------|----------------|
| 2025 | - |
| 2026 | 160.765 |
| 2027 | 23.030 |
| 2028 em diante | 2.279 |
| | <u>186.074</u> |

19 Debêntures e certificados de recebíveis - Consolidado

| Modalidade | Taxa média de juros | Vencimento | 31/12/2024 |
|---------------------------------|----------------------------|-------------------|-------------------|
| <u>Superfrio:</u> | | | |
| 2º emissão de debêntures (i) | 9,85% a.a. + IPCA | jun/26 | 21.629 |
| 4º emissão de debêntures (ii) | INPC + 7,02% a.a. | set/29 | 36.829 |
| 5º emissão de debêntures (iii) | INPC + 7,05% a.a. | mai/31 | 72.176 |
| 7º emissão de debêntures (iv) | INPC + 7,00% a.a. | out/31 | 89.843 |
| 8º emissão de debêntures (v) | 4,75% a.a. + CDI | mar/27 | 10.476 |
| 9º emissão de debêntures (vi) | 4% p.a. + CDI | fev/26 | 123.613 |
| CDCA (vii) | 3,5% a.a. + CDI | nov/30 | 87.410 |
| <u>Controladora:</u> | | | |
| 1ª emissão de debêntures (viii) | 6,00% a.a. + CDI | Abr/25 | 461.625 |
| | | | <u>903.601</u> |
| Circulante | | | 471.665 |
| Não circulante | | | 431.936 |

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo, são como segue:

| Ano | 2024 |
|--------------|-----------------------|
| 2025 | 461.625 |
| 2026 | 10.040 |
| 2027 | 80.738 |
| 2028 | 54.754 |
| 2029 | 57.050 |
| 2030 | 53.205 |
| 2031 | 12.100 |
| Total | <u>903.601</u> |

- (i) De acordo com os termos e condições definidos no Instrumento particular de escritura da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para colocação privada, da Superfrio Armazéns Gerais S.A., em 19 de outubro de 2018, foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo 33.000 (trinta e três mil) debêntures da 1ª série da 2ª emissão de debêntures da Companhia, no valor total de R\$ 33.000 (“Debêntures da 1ª Série”), e 17.000 (dezesete mil) debêntures da 2ª série da 2ª emissão de debêntures da Companhia, no valor total de R\$ 17.000 (“Debêntures da 2ª Série”), ambas com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais).

As debêntures de ambas as séries foram subscritas em 19 de outubro de 2018 pela debenturista inicial e, imediatamente após a subscrição pela debenturista inicial, a totalidade das debêntures foi cedida para a Habitasec Securitizadora S.A. (“Habitasec” ou “Debenturista”), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A primeira liberação ocorreu em 21 de dezembro de 2018 pela Habitasec no valor de R\$ 33.000 referente a 1º série da 2ª emissão de debêntures, e a segunda liberação ocorreu em 26 de agosto de 2019 pela Habitasec no valor de R\$ 17.000 referente a 2ª série da 2ª emissão de debêntures. O vencimento do contrato está previsto para junho de 2026.

Garantias

As debêntures possuem como garantia:

- Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da exploração comercial dos referidos imóveis.
- Fundo de reserva a ser mantido em conta de patrimônio separado.
- Cláusula restritiva (*covenants*) equivalente a manutenção da relação dívida líquida ajustada/ EBITDA ajustado (índice de alavancagem máxima) em 31 de dezembro de 2023, igual ou inferior a 4,0 vezes; e índice de cobertura de juros mínimo superior a 1,25 vezes.

O Grupo mantém seus compromissos financeiros, legais e tributários. No entanto, em 31 de dezembro de 2024, os índices de alavancagem da Companhia foram impactados negativamente, resultando no descumprimento desses parâmetros. Diante desse cenário, de forma incondicional, foi consentida e alinhada com os seus credores da Companhia a renúncia do direito de decretar o vencimento antecipado dos contratos ainda em dezembro de 2024, dentre as condições, ficou o compromisso assumido junto às instituições financeiras, de receber um aporte mínimo de R\$ 230.000 (“montante mínimo”) até dezembro de 2025.

- (ii) De acordo com os termos e condições definidos no Instrumento particular de escritura da 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, da Superfrio, em 09 de dezembro de 2019, foram emitidas 49.658 (quarenta e nove mil, seiscentas e cinquenta e oito) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 49.658 (quarenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil).

A totalidade das debêntures foram subscritas em 10 de novembro de 2020 pela debenturista Isec Securitizadora S.A. (“Isec” ou “Debenturista”), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A liberação dos recursos ocorreu em 25 de novembro de 2020 pela Isec no valor de R\$ 49.658. O vencimento do contrato está previsto para 01 de outubro de 2029.

Garantias

As debêntures possuem como garantia:

- Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia;
 - Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da exploração comercial dos referidos imóveis;
 - Fundo de reserva a ser mantido em conta de patrimônio separado
- (iii) De acordo com os termos e condições definidos no Instrumento particular de escritura da 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, da Superfrio em 04 de maio de 2021, foram emitidas 75.000 (Setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, da 5ª emissão de debêntures da Emissora, com valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 75.000.

A totalidade das debêntures foram subscritas em 14 de maio de 2021 pela debenturista True Securitizadora S.A (“True” ou Debenturista), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A liberação dos recursos ocorreu em 14 de maio de 2021 pela True no valor de R\$ 75.000. O vencimento do contrato está previsto para 13 de maio de 2031.

Garantias

As debêntures possuem como garantia:

- Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e/ou dos direitos creditórios futuros;
- Fundo de despesas;
- Promessa de cessão fiduciária;
- Cláusula restritiva (*covenants*) equivalente à manutenção da relação dívida líquida ajustada/ EBITDA ajustado (índice de alavancagem máxima) igual ou inferior a 4,0 vezes; e índice de cobertura de juros mínimo superior a 1,25 vezes; e
- Propriedades das unidades Simões Filho, Vargem Grande do Sul e Cuiabá.

O Grupo mantém seus compromissos financeiros, legais e tributários. No entanto, em 31 de dezembro de 2024, os índices de alavancagem da Companhia foram impactados negativamente, resultando no descumprimento desses parâmetros. Diante desse cenário, de forma incondicional, foi consentida e alinhada com os seus credores da Companhia a renúncia do direito de decretar o vencimento antecipado dos contratos ainda em dezembro de 2024, dentre as condições, ficou o compromisso assumido junto às instituições financeiras, de receber um aporte mínimo de R\$ 230.000 (“montante mínimo”) até dezembro de 2025.

- (iv) De acordo com os termos e condições definidos na 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para colocação privada, da Superfrio Armazéns Gerais S.A, em 15 de outubro de 2021, foram emitidas o valor total de R\$ 100.000, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

A totalidade das debêntures foram subscritas em 15 de outubro de 2021 pela True Securitizadora S.A (“True” debenturista Isec Securitizadora S.A. (“Isec” ou “Debenturista”), sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A liberação dos recursos ocorreu em 11 de novembro de 2021 pela True no valor de R\$ 100.000. O vencimento do contrato está previsto para 15 de outubro de 2031.

Garantias

As debêntures possuem como garantia:

- Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios;
- Fundo de despesas a ser constituído mediante a retenção pela debenturista.
- Cláusula restritiva (*covenants*) equivalente à manutenção da relação dívida líquida ajustada/ EBITDA ajustado (índice de alavancagem máxima) igual ou inferior a 4,0 vezes; e índice de cobertura de juros mínimo superior a 1,25 vezes.

O Grupo mantém seus compromissos financeiros, legais e tributários. No entanto, em 31 de dezembro de 2024, os índices de alavancagem da Companhia foram impactados negativamente, resultando no descumprimento desses parâmetros. Diante desse cenário, de forma incondicional, foi consentida e alinhada com os seus credores da Companhia a renúncia do direito de decretar o vencimento antecipado dos contratos ainda em dezembro de 2024, dentre as condições, ficou o compromisso assumido junto às instituições financeiras, de receber um aporte mínimo de R\$ 230.000 (“montante mínimo”) até dezembro de 2025.

- (v) De acordo com os termos e condições definidos na 8ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações,

numa única série, para colocação privada, de Superfrio em 21 de março de 2022, foi emitido o montante total de R\$ 20.300, com um valor nominal unitário de R\$ 1.000,00.

Todas as debêntures foram subscritas em 21 de março de 2022 pela Habitasec Securitizadora S.A. ("Habitasec" ou "Debenturista"), empresa com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A liberação dos fundos ocorreu em 31 de março de 2022 pela Habitasec, no valor de R\$20.300. O vencimento do contrato está previsto para o dia 09 de março de 2027.

Garantias

As debêntures possuem como garantia:

- Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia;
 - Cessão fiduciária de direitos creditórios;
 - Fundo de despesas a ser constituído mediante a retenção pela debenturista.
 - Cláusula restritiva (*covenants*) equivalente à manutenção da relação da dívida líquida ajustada/ EBITDA ajustado (índice de alavancagem máxima) em 31 de dezembro de 2023, menos de 4,0 vezes; e cobertura de juros superior a 1,25 vezes.
- (vi) De acordo com os termos e condições definidos na 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para colocação privada, realizada pela Superfrio em 26 de fevereiro de 2024, foi emitido o montante total de R\$ 125.000,00, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00.

A totalidade das debêntures foi subscrita em 26 de fevereiro de 2024, pelo Deutsche Bank S.A. ("Deutsche" ou "Debenturista"), empresa com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Os recursos foram liberados em 26 de fevereiro de 2024, pelo Deutsche Bank, no valor de R\$ 125.000,00. O contrato tem vencimento previsto para 26 de fevereiro de 2026.

Garantias

As debêntures são garantidas por:

- Alienação fiduciária dos imóveis da Companhia;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios;
- Fundo de despesas a ser constituído mediante retenção pelo debenturista;
- *Covenants* restritivos que exigem a manutenção da relação dívida líquida ajustada/EBITDA ajustado (índice máximo de alavancagem) abaixo de 4,0 vezes em 31 de dezembro de 2023, e um índice de cobertura de juros acima de 1,25 vezes.

O Grupo mantém seus compromissos financeiros, legais e tributários. No entanto, em 31 de dezembro de 2024, os índices de alavancagem da Companhia foram impactados negativamente, resultando no descumprimento desses parâmetros. Diante dessa situação, foi concedido um *wavier* incondicional e alinhado com os credores da Companhia, renunciando ao direito de declarar o vencimento antecipado dos contratos em dezembro de 2024. Dentre as condições acordadas, a Companhia se comprometeu a receber um aporte mínimo de capital de R\$ 230.000 ("valor mínimo") até dezembro de 2025.

- (vii) A modalidade "CDCA" é um título de crédito nominativo, de livre negociação e representativo de promessa de pagamento em dinheiro, vinculado a direitos creditórios originários de negócios realizados entre cooperativas rurais, produtores ou por empresas que desenvolvam atividades ligadas à agricultura ou à pecuária.

O Grupo mantém seus compromissos financeiros, legais e tributários. No entanto, em 31 de dezembro de 2024, os índices de alavancagem da Companhia foram impactados negativamente, resultando no descumprimento desses parâmetros. Diante desse cenário, de forma incondicional, foi consentida e alinhada com os seus credores da Companhia a renúncia do direito de decretar o vencimento antecipado dos contratos ainda em dezembro de 2024, dentre as condições, ficou o compromisso assumido junto às instituições financeiras, de receber um aporte mínimo de R\$ 230.000 ("montante mínimo") até dezembro de 2025.

Em 2024, foram revisadas as condições contratuais, com as seguintes principais deliberações:

- Alteração do cronograma de pagamento dos CDCAs e, conseqüentemente, dos CRA.
- Reorganização societária do grupo das devedoras, sem configuração de vencimento antecipado.
- Desenquadramento temporário dos índices financeiros das devedoras em 31/12/2024.
- Autorização para a adoção de atos necessários à formalização das deliberações, incluindo ajustes nos documentos da operação.
- A aprovação foi condicionada ao cumprimento de prazos e exigências específicas, tais como reestruturação financeira, captação de recursos e apresentação de aprovações regulatórias. Além disso, a Superfrio deverá efetuar o pagamento de um prêmio flat de 1% sobre o saldo devedor atualizado dos CDCAs até 15/02/2025.

(viii) Em 08 de abril de 2024, a Controladora realizou a 1ª emissão de debêntures, conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, sendo emitidas 412.371 mil debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), perfazendo o valor total de R\$ 412.371. O vencimento do contrato está previsto para 12 meses a contar da data de emissão.

Em 31 de dezembro de 2024, a Controladora está monitorando as cláusulas estabelecidas na escritura dessas debentures que pudesse ensejar, por parte dos credores, a exigência de liquidação antecipada das debentures.

Garantias

As debêntures possuem como garantia:

- Garantias reais, o que inclui, mas não se limita, ao pagamento de todo e qualquer valor devido pela emissora em razão das debêntures, abrangendo o valor nominal unitário, juros remuneratórios, remuneração de extensão de prazo de vencimento, o prêmio de pré-pagamento e demais prêmios eventualmente descritos na escritura de emissão, custos, comissões, encargos e despesas de emissão e a totalidade das obrigações acessórias.
- Garantia adicional fidejussória, “fiança”, prestada em relação a totalidade dos valores das obrigações garantidas.
- Alienação fiduciária das ações da Superfrio detidas pela Fiadora.
- Cláusula restritiva (*covenants*) equivalente à manutenção da relação da dívida líquida ajustada/ EBITDA ajustado (índice de alavancagem máxima) em 31 de dezembro de 2024, menos de 5,5 vezes

20 Ativos de direito de uso e Passivo de arrendamento - Consolidado

A Companhia e sua controlada atuam como arrendatária em alguns contratos, principalmente relacionada a imóveis (armazéns e unidades administrativas). A taxa média de juros para dezembro de 2024 é de 8,56% ao ano.

Os direitos de uso de ativos referentes a contratos de locação de imóveis estão apresentados a seguir:

| 31/12/2024 | Consolidado | | | | |
|------------------------|-----------------------------|-------------------|---------------|--------------------------|----------------|
| | Prazo contratual (meses) | Direito de uso | Remensurações | Depreciação acumulada | Valor residual |
| Mogi Guaçu/SP | 108 | 16.785 | 4.117 | (13.078) | 7.824 |
| Rib. Preto/SP unid. II | 108 | 8.392 | 2.180 | (6.660) | 3.912 |
| Rib. Preto/SP unid. IV | 120 | 7.737 | 2.785 | (5.026) | 5.496 |
| Arapongas/PR | 55 | 2.195 | - | (2.195) | - |
| Escritório Corporativo | 60 | 1.093 | 377 | (1.470) | - |
| Campo Grande | 60 | 10.679 | 22.044 | (17.805) | 14.918 |
| Campo Verde | 60 | 5.110 | 519 | (5.032) | 597 |
| Chapecó -PR | 36 | 1.305 | - | (1.305) | - |
| RMSPII | 62 | 13.318 | 4.022 | (13.569) | 3.771 |
| Escritório - SP | 30 | 549 | (69) | (480) | - |
| CWBII | 120 | 52.828 | 14.956 | (23.860) | 43.924 |
| POA | 118 | 17.328 | 4.583 | (6.948) | 14.963 |
| Austral_1 | 123 | 19.240 | 5.425 | (24.665) | - |
| Austral_2 | 123 | 8.933 | 1.797 | (10.731) | - |
| Logfrio_2 | 36 | 561 | - | (546) | 15 |
| CWBIII | 116 | 9.339 | 3.435 | (5.318) | 7.456 |
| TAC_1 | 17 | 451 | 6 | (457) | - |
| TAC_2 | 120 | 6.684 | 621 | (1.829) | 5.476 |
| TAC_3 | 120 | 6.684 | 661 | (1.831) | 5.514 |
| TAC_4 | 12 | 340 | - | (340) | - |
| CWBII_2 | 12 | 758 | 830 | (1.588) | - |
| Logfrio_3 | 120 | 14.129 | 1.182 | (3.485) | 11.826 |
| Reach ITA_2 | 22 | 877 | - | (877) | - |
| MRS_4 | 12 | 453 | - | (453) | - |
| Poncho_1 | 120 | 13.314 | (11.649) | (1.665) | - |
| Logfrio_4 | 11 | 152 | - | (152) | - |
| Logfrio_5 | 20 | 211 | - | (211) | - |
| Logfrio_6 | 24 | 3.020 | - | (1.892) | 1.128 |
| CWBII_3 | 12 | 2.324 | 27 | (2.351) | - |
| CVE 2 | 12 | 325 | - | (325) | - |

SF 752 Participações Societárias S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

| | | | | | |
|-----------------------------|-----|----------------|---------------|------------------|----------------|
| CORP EMP | 12 | 482 | - | (482) | - |
| LDNII 2 | 6 | 200 | - | (200) | - |
| LOG_FOR | 12 | 1.216 | (1) | (1.215) | - |
| GARU_MAQ | 10 | 560 | - | (560) | - |
| LOG_COLETORES | 31 | 396 | 126 | (223) | 299 |
| SIMPRESS_EQ | 24 | 226 | - | (132) | 94 |
| ARP_2 | 58 | 1.914 | (185) | (431) | 1.298 |
| GOLDEN | 6 | 950 | - | (950) | - |
| RMRJ EMP | 60 | 5.397 | (270) | (809) | 4.318 |
| SSAII EMP | 60 | 10.488 | - | (2.097) | 8.391 |
| CCV EMP | 60 | 5.295 | - | (1.059) | 4.236 |
| CVE EMP | 60 | 2.719 | - | (544) | 2.175 |
| CGD EMP | 60 | 2.063 | - | (385) | 1.678 |
| LDN - II EMP | 60 | 3.276 | - | (611) | 2.665 |
| POA - II EMP | 60 | 3.033 | - | (566) | 2.467 |
| MAQ EMP | 60 | 5.096 | - | (950) | 4.146 |
| RMSPII FRIO EMP | 60 | 9.231 | 115 | (1.836) | 7.510 |
| TAC BSB EMP | 60 | 2.194 | - | (409) | 1.785 |
| VEICULO MOVIDA | 12 | 450 | - | (362) | 88 |
| ESC_SPI | 24 | 643 | 72 | (340) | 375 |
| TAC_UDI | 17 | 468 | (850) | 749 | 367 |
| Poncho_2 | 120 | 13.954 | - | (698) | 13.256 |
| Reach ITA_3 | 20 | 824 | - | (247) | 577 |
| LOGFRIO_7 | 34 | 670 | - | (99) | 571 |
| Escritorio Erbe | 12 | 658 | - | (219) | 439 |
| LOG_FOR v2 | 12 | 1.225 | - | (412) | 813 |
| GARU_MOVMIX | 12 | 84 | - | (28) | 56 |
| LOGFRIO_8 | 36 | 456 | - | (13) | 443 |
| Total direito de uso | | 299.282 | 56.856 | (171.272) | 184.867 |

A movimentação do direito de uso e do arrendamento a pagar nos exercícios findos 31 de dezembro, está apresentada a seguir:

| Consolidado | | | |
|-----------------------------|----------------|-------------------------------------|------------------|
| Direito de uso | | Passivo de arrendamento | |
| Saldo em 31/12/2023 | 198.799 | Saldo em 31/12/2023 | (208.449) |
| (+) Adições | 44.324 | Circulante | (34.890) |
| (+) Remensurações | 15.972 | Não circulante | (173.609) |
| (-) Depreciação | (52.017) | (+) Adições novos contratos | (44.324) |
| (-) Encerramento antecipado | (22.211) | (+) Remensurações | (15.972) |
| Saldo em 31/12/2024 | 184.867 | (+) Juros de arrendamento | (24.137) |
| | | (-) Pagamentos de principal e juros | 65.784 |
| | | (-) Encerramento antecipado | 22.211 |
| | | Saldo em 31/12/2024 | (204.937) |
| | | Circulante | (39.402) |
| | | Não circulante | (165.535) |

21 Salários, ordenados e encargos sociais - Consolidado

O saldo de salários a pagar é referente a competência de dezembro de cada exercício. As provisões incluem férias, dissídio e bônus.

| | 31/12/2024 |
|---------------------------------|-------------------|
| Salários a pagar | 6.869 |
| Provisões | 19.496 |
| INSS | 501 |
| FGTS | 738 |
| Outros encargos e contribuições | 6.287 |
| | 33.891 |

22 Impostos parcelados - Consolidado

| | 31/12/2024 |
|---|-------------------|
| Programa de regularização tributária (REFIS) (i) (ii) | 14.608 |
| Estaduais (ii) | 17.140 |
| Federais (ii) | 89.538 |
| FGTS (ii) | 3 |
| | 121.289 |
| | |
| Ativo circulante | 30.963 |
| Ativo não circulante | 90.326 |

- (i) Em 25 de agosto de 2017 foi efetuada a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária dos débitos previdenciários e demais débitos, das empresas Superfrio, Cefri, e Embaladora cujas condições oferecidas foram o pagamento à vista de 5% (cinco por cento) do total do débito, dividido em 5 (cinco) parcelas, e o saldo residual parcelado em 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora, e de 40% (quarenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas.
- (ii) No ano de 2024 a Companhia e suas subsidiárias realizaram novos parcelamentos nas esferas Estadual e Federal, com 60 meses de prazo e o juros total de 20%, estes impostos foram apurados no exercício de 2024. Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2024 da Controladora de R\$ 34.461 (R\$ 11.078 em 2023), saldo a pagar da Embaladora de R\$ 1.738 (R\$ 970 em 2023), saldo a pagar BR Cold em 2023 R\$ 96, saldo a pagar Poncho em 2023 R\$ a 123 ,saldo a pagar da BR Cold Cascavel de R\$ 6.527 (R\$ 877 em 2023), saldo a pagar da Logfrio R\$ 52.021 (R\$ 27.314 em 2023),saldo a pagar da TAC de R\$ 20.015 (R\$ 13.803 em 2023) e saldo à pagar da Cefri de R\$ 6.527 (R\$ 4.987 em 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 a controladas da Companhia mantiveram a regularidade, e a pontualidade, no pagamento dos parcelamentos, assegurando a continuidade dos benefícios adquiridos quando de sua adesão.

23 Provisão para demandas judiciais - Consolidado

A provisão para fazer face às perdas consideradas prováveis em função de riscos tributários, trabalhistas e cíveis é constituída mediante julgamento da Administração e de seus consultores jurídicos. As provisões podem ser assim sumarizadas:

| | 31/12/2024 |
|---|-------------------|
| Riscos tributários (a) | 1.013 |
| Valor justo de passivos contingentes de riscos tributários assumidos – Via Verona (b) | 7.173 |
| Riscos trabalhistas e previdenciários (c) | 4.960 |
| | 13.146 |

- (a) Tributários - referem-se a questionamentos sobre determinados tributos incidentes sobre a operação da Superfrio.
- (b) Referem-se aos 15,99% dos ajustes aplicados como ajustes ao valor justo das contingências passivas assumidas em decorrência da transação da Via Verona.
- (c) Trabalhistas e previdenciários - referem-se a questionamentos de possíveis descumprimento por parte da Superfrio de algum dispositivo da Lei Trabalhista.

Abaixo a movimentação das provisões para demandas judiciais:

| | |
|--|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 5.973 |
| Provisões para demandas judiciais assumidas na aquisição da Via Verona | 7.173 |
| Adição de valor justo de passivos de risco tributário assumidos | 7.173 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 13.146 |

24 Outras contas à pagar - Consolidado

| | 31/12/2024 |
|---|-------------------|
| Aquisições à pagar (i) | 74.703 |
| Adiantamento de clientes | 1.445 |
| Adiantamento de venda da operação descontinuada | 19.700 |
| Outras contas à pagar | 3.756 |
| | 99.605 |
| | |
| Ativo circulante | 40.795 |
| Ativo não circulante | 58.810 |

- i) Refere-se aos saldos de aquisições à pagar de quotas da controlada Cefri no montante de R\$ (1.329) (R\$ 1.329 em 2023), aquisição de quotas e imóvel da controlada BR Cold Cascavel no montante de R\$ 15.515 (R\$ 19.346 em 2023), saldo referente à aquisição da Logmaster no montante de R\$ 8.453 (R\$ 18.007 em 2023), saldo referente à aquisição da Logfrio no montante de R\$ 42.916 (R\$ 44.757 em 2023), saldo referente à aquisição da Austral no montante de R\$ 5.151 (R\$ 9.008 em 2023), saldo referente à aquisição do terreno de Cuiabá no montante de R\$ 38 (R\$ 38 em 2023), saldo referente à aquisição da TAC no montante de R\$ 14.273 (R\$ 14.477 em 2023). Os saldos das aquisições estão sendo corrigidos com base em 100% da variação positiva do CDI, e para Logmaster, Logfrio e Austral CDI mais 3% e para a TAC serão corrigidas pela variação positiva do IPCA e acrescidas de juros de 0,165% (zero vírgula cento e sessenta e cinco por cento) ao mês (i.e., 2% (dois por cento) ao ano) desde a Data do Fechamento até a data em que foram pagas.

25 Ativos e passivos fiscais diferidos e corrente - Consolidado

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

| | Ativos | Passivos | Resultado |
|---|---------------|-----------------|------------------|
| Provisão para contingência trabalhista | 1.686 | - | (416) |
| Provisão para contingência tributária | 344 | - | (7.528) |
| Provisão para PECLD | 2.230 | - | 256 |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 101.994 | - | 46.731 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | 8.655 | 62 |
| Demais provisões | (7.442) | - | (5.985) |
| Total | 98.812 | 8.655 | 33.120 |
| IRPJ/CSLL Diferidos não reconhecidos no exercício | (46.047) | - | (32.510) |
| (*) Compensação | (8.655) | (8.655) | - |
| Líquido | 44.110 | - | 610 |

- (*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma entidade legal.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

Os ativos diferidos de imposto de renda decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com a legislação tributária vigente, as diferenças temporárias dedutíveis, os prejuízos fiscais e as bases negativas acumulados, não possuem prazo de prescrição. A Companhia e sua controlada reconheceram ativo fiscal diferido para prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, somente na extensão que considera provável a sua realização, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

(i) Base de cálculo do prejuízo fiscal não reconhecido – Consolidado:

| | 31/12/2024 |
|---|-------------------|
| Prejuízo fiscal (base do Imposto de Renda) | 299.982 |
| Base negativa da contribuição social ("CSLL") | 299.982 |

(ii) Projeção para realização de impostos diferidos:

De acordo com a projeções da Administração, o imposto de renda e a contribuição social diferido de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados como segue, tomando-se como base a projeção de lucro tributável.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos da Companhia são compostos pelos saldos de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL e pelas diferenças temporárias. O estudo da estimativa de realização desses saldos tem ênfase exclusivamente na expectativa de realização (consumo) do prejuízo fiscal e da base negativa do CSLL.

Nos termos do art.580,p. único do RIR/2018, não há prazo para a compensação do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

| | 31/12/2024 |
|--|---------------------|
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | (182.485) |
| Alíquota fiscal combinada | 34% |
| Imposto de renda e da contribuição social calculado pela alíquota fiscal combinada | <u>62.045</u> |
| Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecida por falta de expectativa | <u>(61.285)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício | <u>(760)</u> |
| Alíquota efetiva | 1% |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes | (1.370) |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos | 610 |

26 Patrimônio líquido – Controladora

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 278.511, representado por 27.851.144 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de abril de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada pela Companhia, foi aprovada a redução de capital no montante de R\$ 28.058 mediante o cancelamento de 2.805.804 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 01 de abril de 2024, foi deliberado em AGE aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 306.569 mediante a emissão de 30.656.909 mil ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, pelos acionistas controladores, com o investimento na Superfrio.

Em 23 de março de 2024, subscrição do capital social da Companhia em dinheiro pelos acionistas controles no montante de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), correspondente a 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros a destinar

Constituída em função do lucro do exercício após as distribuições para Reserva legal e dividendos, ficando a disposição da Assembleia Geral, até o limite de 100% do valor do capital social.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 15% do resultado do exercício após a constituição das reservas previstas em lei e no próprio estatuto.

27 Receita operacional líquida - Consolidado

| | 31/12/2024 |
|-----------------------------|-------------------|
| Receita de armazenagem | 280.923 |
| Receita de transporte | 286.095 |
| Receita de aluguel | 86.390 |
| Receita de industrialização | 8.813 |
| Subtotal | 662.221 |
| Impostos sobre vendas | (95.270) |
| Receita operacional líquida | 566.951 |

28 Gastos por natureza

| | 31/12/2024 | |
|---|---------------------|--------------------|
| | Controladora | Consolidado |
| Salários e encargos sociais | - | (216.432) |
| Depreciações e amortizações | (4.993) | (117.314) |
| Energia elétrica | - | (31.186) |
| Combustível e pedágio | - | (21.604) |
| Manutenção | - | (38.968) |
| Serviços de terceiros | - | (88.384) |
| Aluguel equipamentos e imóveis | - | (5.704) |
| Material de embalagem | - | (2.123) |
| Seguro patrimonial e frota | - | (6.195) |
| Segurança/vigilância | - | (2.892) |
| Outras receitas e despesas operacionais | (1.831) | 2.728 |
| | (6.824) | (528.074) |
| Classificado como: | | |
| Custo dos serviços prestados | - | (471.474) |
| Despesas comerciais | - | (5.440) |
| Despesas gerais e administrativas | (6.824) | (67.370) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | - | 16.210 |
| | (6.824) | (528.074) |

29 Resultado financeiro - Consolidado

| | Controladora | Consolidado |
|--|---------------------|--------------------|
| Receitas financeiras: | | |
| Rendimento sobre aplicações financeiras | 159 | 2.459 |
| Juros ativos | - | 325 |
| Descontos obtidos | - | 54 |
| | 159 | 2.838 |
| Despesas financeiras: | | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (61.637) | (152.760) |
| Juros sobre arrendamento mercantil | - | (24.137) |
| Juros sobre aquisições a pagar | - | (9.971) |
| Outras despesas financeiras | - | (36.572) |
| | (61.637) | (223.440) |
| Resultado financeiro líquido | (61.478) | (220.602) |

30 Instrumentos financeiros – Consolidado

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

| Consolidado | Valor contábil | | | Valor justo | | | | |
|---|--|---------------------------------------|---|------------------|---------|------------------|---------|------------------|
| | Valor justo através do resultado - VJR | Ativos financeiros a custo amortizado | Passivos financeiros a custo amortizado | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| 31 de dezembro 2024 | | | | | | | | |
| Ativos financeiros mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 30.850 | - | - | 30.850 | - | 30.850 | - | 30.850 |
| | 30.850 | - | - | 30.850 | - | 30.850 | - | 30.850 |
| Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 12.712 | - | 12.712 | - | - | - | - |
| Outros investimentos financeiros | - | 28 | - | 28 | - | - | - | - |
| Contas a receber de clientes | - | 90.373 | - | 90.373 | - | - | - | - |
| | 30.850 | 103.113 | - | 103.113 | - | 30.850 | - | 133.963 |
| Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 276.874 | 276.874 | - | 276.874 | - | 276.874 |
| Debêntures e certificados de recebíveis | - | - | 903.601 | 903.601 | - | 903.601 | - | 903.601 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | - | - | 143.917 | 143.917 | - | 143.917 | - | 143.917 |
| Arrendamento a pagar | - | - | 204.937 | 204.937 | - | 204.937 | - | 204.937 |
| | - | - | 1.529.329 | 1.529.329 | - | 1.529.329 | - | 1.529.329 |

Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores justos.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2024.

Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e sua controlada possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e,
- Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de sua controlada, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de sua controlada. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e sua controlada incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

As políticas de concessão de crédito a clientes são definidas pela Administração e a concessão dos limites é aprovada pelos comitês de crédito conforme alçadas definidas nas referidas políticas. A utilização desses limites de crédito é monitorada constantemente. As vendas para clientes são liquidadas por meio do pagamento de títulos na rede bancária. Em 31 de dezembro de 2024, por característica do negócio, as prestações de serviços estão concentradas em 5 grandes clientes do setor de agronegócios e alimentício, perfazendo 43,8% do total das receitas com prestações de serviços na controladora e 51% no consolidado.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e sua controlada têm como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

| | <u>31/12/2024</u> |
|-------------------------------|-------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 43.562 |
| Outros investimentos | 28 |
| Contas a receber de clientes | 90.373 |
| | <u>133.963</u> |
| | |
| Circulante | 133.935 |
| Não circulante | 28 |

(iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de sua controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia e sua controlada utilizam de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e sua controlada têm como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de sua controlada, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia e de sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo

de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e de sua controlada eram:

| | |
|---|-------------------|
| Ativos financeiros | 31/12/2024 |
| Aplicações financeiras | 30.850 |
| Outros investimentos | 28 |
| Passivos financeiros | |
| Empréstimos e financiamentos | 276.874 |
| Debêntures e certificados de recebíveis | 903.601 |
| Outras contas à pagar | 99.605 |

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir.

O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

SF 752 Participações Societárias S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

| | Exposição - 31/12/2024 | Risco a.a. | Cenários | | | | | | | | | |
|--|---------------------------|--------------------------|----------|-----------------|--------------------------|-----------------|--------------------------|-----------------|--------------------------|-----------------|--------------------------|-----------------|
| | | | Provável | | Aumento do índice de 25% | | Aumento do índice de 50% | | Redução do índice de 25% | | Redução do índice de 50% | |
| | | | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor |
| Consolidado | | | | | | | | | | | | |
| Ativos financeiros | | | | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 30.850 | CDI | 10,88 | 33 | 13,60 | 41 | 16,32 | 49 | 8,16 | 25 | 5,44 | 16 |
| Outros investimentos | 28 | CDI | 10,88 | - | 13,60 | - | 16,32 | - | 8,16 | - | 5,44 | - |
| Total dos ativos financeiros | 30.099 | | | 33 | | 41 | | 49 | | 25 | | 16 |
| Passivos financeiros | | | | | | | | | | | | |
| Capital de giro | (268.955) | 3,5% + CDI a 4,98% + CDI | 3,61 | (9.707) | 4,51 | (12.134) | 5,41 | (14.561) | 2,71 | (7.280) | 1,80 | (4.854) |
| Célula de crédito bancário | (4.000) | CDI + 4,66% | 4,66 | (186) | 5,83 | (233) | 6,99 | (280) | 3,50 | (140) | 2,33 | (93) |
| CDC | (3.919) | Pré fixado 3,00% 7,75% | 7,80 | (306) | 9,75 | (382) | 11,70 | (458) | 5,85 | (229) | 3,90 | (153) |
| 1ª emissão de debêntures (SF 752) | (461.625) | CDI + 6,0% | 6,0 | (27.698) | 7,5 | (34.622) | 9,0 | (41.546) | 4,5 | (20.773) | 3,0 | (13.849) |
| 2ª Emissão de debêntures | (21.629) | 9,85% + IPCA | 9,90 | (2.141) | 12,37 | (2.676) | 14,85 | (3.211) | 7,42 | (1.606) | 4,95 | (1.070) |
| 4ª Emissão de debêntures | (36.829) | 2,6% + CDI | 7,07 | (2.603) | 8,83 | (3.254) | 10,60 | (3.904) | 5,30 | (1.952) | 3,53 | (1.301) |
| 5ª emissão de debêntures | (72.176) | INPC + 7,02% | 7,05 | (5.087) | 8,81 | (6.358) | 10,57 | (7.630) | 5,29 | (3.815) | 3,52 | (2.543) |
| 7ª emissão de debêntures | (89.843) | INPC + 7,05% | 7,05 | (6.332) | 8,81 | (7.915) | 10,57 | (9.498) | 5,29 | (4.749) | 3,52 | (3.166) |
| 8ª emissão de debêntures | (10.476) | INPC + 7,00% | 4,86 | (509) | 6,07 | (636) | 7,29 | (764) | 3,64 | (382) | 2,43 | (255) |
| 9ª emissão de debêntures | (123.613) | 4,75% + CDI | 4,00 | (5.004) | 5,06 | (6.255) | 6,07 | (7.506) | 3,04 | (3.753) | 2,02 | (2.502) |
| CDCA | (87.411) | 3,5% + CDI | 3,61 | (3.154) | 4,51 | (3.943) | 5,41 | (4.732) | 2,71 | (2.366) | 1,80 | (1.577) |
| CEFRI | (1.329) | 100% CDI a.m | 10,88 | (1) | 13,60 | (2) | 16,32 | (2) | 8,16 | (1) | 5,44 | (1) |
| BR Cold Cascavel | (5.516) | 100% CDI a.m | 10,88 | (6) | 13,60 | (8) | 16,32 | (9) | 8,16 | (5) | 5,44 | (3) |
| Logmaster | (11.129) | 100% CDI a.m | 10,88 | (12) | 13,60 | (15) | 16,32 | (18) | 8,16 | (9) | 5,44 | (6) |
| Logfrio | (42.916) | 100% CDI a.m | 10,88 | (47) | 13,60 | (58) | 16,32 | (70) | 8,16 | (35) | 5,44 | (23) |
| Austral Ltda | (5.515) | 100% CDI a.m | 10,88 | (6) | 13,60 | (7) | 16,32 | (8) | 8,16 | (4) | 5,44 | (3) |
| Tac Ltda | (14.273) | 100% CDI a.m | 10,77 | (16) | 13,60 | (19) | 16,32 | (23) | 8,16 | (12) | 5,44 | (8) |
| Total dos passivos financeiros | (1.261.154) | | | (62.815) | | (78.517) | | (94.220) | | (47.111) | | (31.407) |
| Impacto no resultado e patrimônio líquido | | | | (62.782) | | (78.476) | | (94.171) | | (47.086) | | (31.391) |

31 Gerenciamento de capital - Consolidado

A gestão de capital da Companhia e de sua controlada é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia e de sua controlada para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

| | |
|---|-------------------------|
| Gestão de capital | 31/12/2024 |
| Total do passivo | 1.770.154 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (43.562) |
| (=) Dívida líquida (a) | <u>1.726.592</u> |
| | |
| Total do patrimônio líquido (b) | <u>140.468</u> |
| | |
| Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b) | 12,29 |

32 Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada de acordo com o CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e em sua controlada e saldos em poder de bancos.

b. Ativo imobilizado

Durante o exercício de 2024, a Companhia, adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 22.819 e R\$ 31.652, respectivamente (R\$22.637 e R\$46.535, respectivamente, em 2023), sendo o pagamentos em caixa de R\$ 19.965 e R\$ 28.837, respectivamente (R\$ 22.637 e R\$ 59.721, respectivamente, em 2023).

c. Movimentações nos empréstimos e financiamentos, Debêntures e certificados de recebíveis

| | |
|--|---|
| | Controladora Financiamentos e Debêntures |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | <u>-</u> |
| Variações dos fluxos de caixa de financiamentos | |
| Captações de debentures | 400.000 |
| Total das variações nos fluxos de caixa de financiamentos | <u>400.000</u> |
| Outras variações | |
| Provisão de juros e encargos | <u>61.625</u> |
| Total das variações nos fluxos de caixa operacional | <u>61.625</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | <u>461.625</u> |

| | Consolidado Financiamentos e Debêntures |
|--|--|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 403.332 |
| Variações dos fluxos de caixa de financiamentos | |
| Captações de debentures | 400.000 |
| Captações de empréstimos | 221.862 |
| Pagamentos | (208.198) |
| Pagamentos de juros | (84.166) |
| Total das variações nos fluxos de caixa de financiamentos | 329.498 |
| Outras variações | |
| Provisão de juros e encargos | 170.771 |
| Total das variações nos fluxos de caixa operacional | 170.771 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 903.601 |

d. Classificação dos juros de empréstimos e juros de arrendamento

O Grupo tem como política contábil classificar os pagamentos da parcela do principal de arrendamento e os pagamentos da parcela dos juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures certificadas de recebíveis como atividades de financiamento, e essa prática é consistente entre os exercícios.

33 Cobertura de seguros - Consolidado

O Grupo possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para o estoque de mercadorias de terceiros por sua responsabilidade, tais como: seguro de edificações, máquinas e equipamentos, mercadorias, seguro D&O, transporte e responsabilidade civil.

A cobertura máxima corresponde ao valor máximo das coberturas para diversas localidades seguradas. A suficiência da cobertura de seguros foi determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

34 Evento subsequente - Consolidado

A SF 752 negociou com os debenturistas da sua 1º emissão de debentures realizada em 8 de abril de 2024 com vencimento em 12 meses, tendo ocorrido, por tanto, em 8 de abril de 2025 (“Data de Vencimento Original”) o vencimento original das Debêntures sem que tenha ocorrido amortização integral do saldo devedor, prorrogando o vencimento das Debêntures por um período adicional de 12 meses contados da Data de Vencimento Original, de forma que a Data de Vencimento das Debêntures passe a ser o dia 9 de abril de 2026.

Em 09 de janeiro de 2025, o Grupo realizou uma operação de *sale and leaseback* do imóvel localizado na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no valor de R\$ 83.000, por meio da qual o Imóvel será vendido a um determinado fundo de investimento imobiliário gerido pela Riza Gestora de Recursos Ltda. e posteriormente locado para a Log Frio Logística Ltda., mediante pagamento de aluguel fixo mensal, e sublocado para a Cooperativa Central Oeste Catarinense (“Aurora”). Adicionalmente, foi concedido à Companhia o direito de recomprar o Imóvel em até 5 (cinco) anos.

Em 28 de maio de 2025, a SF 752 recebeu da Via Verona o montante de R\$ 2.161 quitando o contrato de empréstimo de partes relacionadas.

* * *